

## DESPACHO

O ordenamento jurídico da formação de educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário prevê a qualificação profissional de diplomados possuidores de habilitação científica para a docência da respectiva área ou especialidade mediante a frequência, com aproveitamento, de um curso adequado de formação pedagógica.

Apesar deste quadro legal, continua a existir, no ensino particular e cooperativo, um significativo número de professores com conhecimentos científicos adequados à docência e larga experiência profissional, cujas expectativas de obter uma qualificação profissional se viram, ao longo dos anos, frustradas.

No processo de selecção e recrutamento de docentes objecto do Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro, releva a habilitação profissional, admitindo-se, transitoriamente, a candidatura de indivíduos portadores de habilitação própria para a docência.

Considerando que a estabilidade, a nível de formação e experiência dos professores constituem determinantes de uma escola de qualidade, facilitadora do sucesso dos alunos;

Considerando que o Ministério da Educação, através do Aviso n.º 17768/2008, publicado no DR (2.ª série), n.º 113, de 13 de Junho, assegurou, para o biénio 2008/2010, o acesso à realização da profissionalização em serviço, aos docentes dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, incluindo as escolas profissionais privadas, independentemente do tempo de serviço docente que possuem, nos termos do art.º 42.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro.

Considerando as legítimas expectativas profissionais dos professores do ensino particular e cooperativo, incluindo os das escolas profissionais

privadas, importa considerar a aplicação excepcional e limitada no tempo, do mecanismo de dispensa da realização da profissionalização em serviço para aqueles que sejam portadores de habilitação própria e detenham significativa experiência docente.

Assim,

1. São dispensados da realização da profissionalização em serviço os docentes que leccionam em estabelecimentos do ensino particular e cooperativo e em escolas profissionais privadas, em regime de contratação, e que reúnam as seguintes condições: ser portadores de habilitação própria para o grupo de recrutamento em que leccionam, e que, alternativamente, possuam 45 anos de idade e 10 anos de efectivo serviço docente ou possuam 15 anos de efectivo serviço docente.
2. Os docentes que se encontrem em exercício efectivo de funções no ano escolar 2008-2009, em escolas do ensino particular e cooperativo, incluindo as escolas profissionais privadas, e reúnam as condições cumulativas referidas no número precedente, podem requerer a dispensa da realização da profissionalização em serviço, através de requerimento dirigido ao Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação.
  - 2.1 Para estes docentes, a classificação profissional corresponderá à respectiva classificação académica e produz efeitos a 1 de Setembro de 2009.
3. Os docentes que forem seleccionados através do concurso, aberto pelo Aviso n.º 17768/2008, serão chamados à realização da profissionalização em serviço, desde que reúnam os requisitos da habilitação e vínculo ao estabelecimento de ensino ou contrato a termo, desde que este abranja, pelo menos, o período destinado à realização da profissionalização em serviço.

- 3.1 Os docentes que até 30 de Setembro do ano em que realizarem o primeiro ano da profissionalização em serviço, possuam seis anos de bom e efectivo serviço docente, prestado no ensino oficial ou no ensino particular e cooperativo, serão dispensados da realização da componente projecto de formação e acção pedagógica, nos termos do número 1 do art.º 43.º do Decreto-Lei n.º 287/88, alterado pelo Decreto-Lei n.º 345/89.
- 3.2 Para estes docentes, a classificação profissional será determinada, nos termos do n.º 3 do referido art.º 43.º, com aproximação às décimas e resultará da seguinte adaptação da fórmula referida no n.º 2 do artigo 14.º:  $CP = (CA + CCE)/2$ , em que CP corresponde à classificação profissional, CA à classificação académica, CCE à componente ciências da educação.
4. Os docentes com habilitação própria que estejam em exercício de funções nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, incluindo as escolas profissionais privadas, em 2007/2008, e não se encontrem abrangidos pelo disposto nos pontos precedentes podem manter-se em exercício de funções até ao final do ano escolar 2010/2011, a partir do qual terão, obrigatoriamente, de adquirir habilitação profissional, por iniciativa e a expensas próprias.
5. Com o presente despacho, entendemos que estão reunidas as condições para a resolução de todas as situações dos docentes que leccionam nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e nas escolas profissionais privadas, com habilitação própria.

Em, 24 de Junho de 2008

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

(Valter Victorino Lemos)